



**Revista Processus de Estudos de  
Gestão, Jurídicos e Financeiros**

**ISSN: 2237-2342 (impresso)  
L-ISSN: 2178-2008 (on-line)**

**Ano X, Vol. X, n.39, jul./dez., 2019.**

**Tramitação editorial:**

**Data de submissão: 30/07/2019.**

**Data de reformulação: 15/09/2019.**

**Data de aceite definitivo: 30/11/2019.**

**Data de publicação: 20/12/2019.**

**Editor-chefe: Jonas Rodrigo  
Gonçalves**

## **FEMINICÍDIO: A EFICÁCIA DA LEI Nº 13.104/2015 NO COMBATE À VIOLÊNCIA DO GÊNERO<sup>1</sup>**

***Feminicide: the effectiveness of law nº. 13.104 / 2015 on fighting gender violence***

***Feminicida: la vigencia de la ley n º 13.104 / 2015 sobre la lucha contra la violencia de género***

*MSc. Jonas Rodrigo Gonçalves<sup>2</sup>  
Bruna Soares Silva<sup>3</sup>  
Caroline Pereira Gurgel<sup>4</sup>*

### **Resumo**

O tema deste artigo é o feminicídio. Investigou-se o seguinte problema: A eficácia da Lei nº 13.104/2015 no combate à violência do Gênero. Cogitou-se a seguinte hipótese: “A Lei nº 13.104, de 2015, que inseriu a qualificadora feminicídio no Código Penal Brasileiro, é um instrumento eficaz no combate à violência contra a mulher?”. O objetivo geral é analisar a eficácia da Lei nº 13.104/2015, no combate à violência do gênero. Os objetivos específicos são: investigar o contexto histórico da violência contra a mulher; examinar a qualificadora feminicídio e sua aplicação; discutir a

<sup>1</sup> © Todos os direitos reservados para a Revista Processus, cujas citações deste artigo são permitidas desde que citada a fonte. Artigo de Revisão de Literatura elaborado como TCC do curso de Direito da Faculdade Processus no ano de 2019, sob orientação metodológica do professor MSc. Jonas Rodrigo Gonçalves. Este artigo contou com a revisão linguística de Érida Cassiano Nascimento.

<sup>2</sup> Doutorando em Psicologia; Mestre em Ciência Política; Licenciado em Filosofia e Letras (Português e Inglês); Especialista em Didática do Ensino Superior em EAD, Docência no Ensino Superior, Formação em EAD, Revisão de Texto, Agronegócio e Gestão Ambiental. Professor das faculdades Processus, Unip, Fasesa, CNA. Escritor (autor de 61 livros didáticos).

<sup>3</sup> Bacharel em Direito pela Faculdade Processus.

<sup>4</sup> Monitora Caroline Pereira Gurgel é Graduada em Direito.

eficácia da Lei como medida de proteção. Este trabalho é importante em uma perspectiva individual devido os seus consequentes reflexos para as mulheres; para a ciência, por analisar a eficácia que a lei como uma norma apresenta em seu ordenamento jurídico; agrega à sociedade pelo fato de buscar realizar uma análise sobre o contexto histórico-jurídico e suas consequências. Trata-se de uma pesquisa qualitativa teórica com duração de 6 meses.

**Palavras-chave:** Feminicídio. Violência contra a mulher. Histórico patriarcal. Código Penal. Eficácia da Lei.

### **Abstract**

*The subject of this article is femicide. The following problem was investigated: The effectiveness of Law No. 13.104 / 2015 in combating Gender violence. The following hypothesis was considered: "Is Law No. 13.104 of 2015, which inserted the qualifying femicide in the Brazilian Penal Code, an effective instrument to combat violence against women?". The general objective is to analyze the effectiveness of Law No. 13.104 / 2015 in combating gender violence. The specific objectives are: to investigate the historical context of violence against women; examine the qualifying femicide and its application; discuss the effectiveness of the law as a protective measure. This work is important from an individual perspective because of its consequent consequences for women; for science, for analyzing the effectiveness that the law as a norm presents in its legal order; It adds to society because it seeks to perform an analysis of the historical-legal context and its consequences. This is a theoretical qualitative research lasting 6 months.*

**Keywords:** Femicide. Violence against women. Patriarchal history. Penal Code. Effectiveness of the law.

### **Resumen**

*El tema de este artículo es el feminicidio. Se investigó el siguiente problema: La efectividad de la Ley N ° 13.104 / 2015 en la lucha contra la violencia de género. Se consideró la siguiente hipótesis: "¿Es la Ley N ° 13.104 de 2015, que insertó el feminicidio calificado en el Código Penal brasileño, un instrumento eficaz para combatir la violencia contra las mujeres?". El objetivo general es analizar la efectividad de la Ley N ° 13.104 / 2015 en la lucha contra la violencia de género. Los objetivos específicos son: investigar el contexto histórico de la violencia contra la mujer; examinar el feminicidio calificado y su aplicación; Discutir la efectividad de la ley como medida de protección. Este trabajo es importante desde una perspectiva individual debido a sus consecuentes consecuencias para las mujeres; para la ciencia, para analizar la efectividad que la ley como norma presenta en su orden legal; Se agrega a la sociedad porque busca realizar un análisis del contexto histórico-legal y sus consecuencias. Esta es una investigación cualitativa teórica que dura 6 meses.*

**Palabras clave:** Femicidio Violencia contra la mujer. Historia patriarcal. Código Penal. Efectividad de la ley.

### **Introdução**

A Lei do Feminicídio é alvo constante de críticas referentes a sua efetividade e apresenta um proeminente grau de desconhecimento perante a sociedade. Nos

dias atuais, no entanto, é possível perceber um debate cada vez maior sobre a questão diante da amplitude e consequência que o tema tem gerado. Sendo o Brasil o quinto país com o maior índice de casos de feminicídio, em que é possível observar uma taxa de assassinato de 4,8% a cada cem mil mulheres em razão do menosprezo ao gênero, a Lei nº 13.104, de 2015, surge como uma medida proposta pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para buscar uma solução referente a essa questão.

A qualificadora do homicídio, ou seja, a Lei do Feminicídio, tem por objetivo caracterizar o assassinato de mulheres em razão de seu sexo, abrangendo aqueles que ocorrem dentro de ambientes privados e que se baseiam em questões de misoginia e perseguição. Não se restringindo apenas a uma situação de violência física, mas também verbal e que acaba por causar nas mulheres grande sensação de insegurança ao longo dos anos. (TEIXEIRA, 2016, p.54).

Este artigo se propõe a responder ao seguinte problema: “A Lei nº 13.104, de 2015, que inseriu a qualificadora feminicídio no Código Penal Brasileiro, é um instrumento eficaz no combate à violência contra a mulher?”. Sendo o Brasil um país cuja cultura é majoritariamente patriarcal e machista, a alteração em seu Código Penal se mostra essencial para que mudanças eficazes possam passar a serem notadas como já está a ocorrer.

Tem-se, contudo, uma grande dificuldade na análise de dados que possam contribuir de forma real com o estudo da violência que as mulheres sofreram e continuam a sofrer ao longo dos anos. A falta de registros e informações cria uma lacuna que impede que se obtenha números reais sobre a situação das vítimas mulheres que se viam em situações de violência dentro de suas residências e até mesmo acabaram por serem assassinadas por motivações turpes. (GREGORI, 1993, p.25).

A hipótese levantada frente ao problema em questão foi que “a Lei 13.104/2015 é sim eficaz no combate à violência do gênero”. Ao se arguir contra legislações e pensamentos tão presentes a cultura misógina, a qualificadora do feminicídio tem modificado a forma como se lida com as mais diversas situações de violência, alcançando resultados significantes, não apenas para o campo jurídico, como para o social.

A necessidade da inserção de um novo olhar sobre a questão de mortes das mulheres é mais do que a defesa da tutela da vida. É defender a própria dignidade humana daquelas que constantemente sofrem atentados contra a sua integridade moral, física e psicológica. (MENDES, 2017, p.218).

O objetivo geral deste trabalho é “analisar a eficácia da Lei nº 13.104, de 2015, no combate à violência do gênero”. Algo que se mostra passível de ter duas vertentes, a primeira delas é aquela em que se diz que a lei é eficaz naquilo que se propõe a fazer; enquanto por outro lado se tem também aqueles que dizem que não, pois não estão combatendo a violência, mas apenas propiciando à sociedade que crie novas formas de agressões e discriminações.

O que se sabe é que apenas a lei por si só é incapaz de realmente causar as mudanças que se visa alcançar. É necessário que haja uma transformação não apenas na legislação, mas no sistema judicial, preparando-o para lidar com o que receberá. (MELLO, 2018, p.140).

Os objetivos específicos deste trabalho são “investigar o contexto histórico da violência contra a mulher”; “examinar a qualificadora feminicídio, suas espécies e aplicação na lei penal”; “discutir a eficácia da Lei nº 13.104 como medida de proteção à mulher”. Busca-se então apresentar uma correlação entre o contexto

histórico e como isso influencia a sua recepção, além de sua responsabilidade na situação atual de violência e em como é dada a sua aplicação no ordenamento jurídico.

O tema relacionado à violência contra mulher tem estado em ótica principalmente nos últimos anos. Contudo, sua origem advém de muito antes, não apenas no Brasil, como no mundo todo, onde o patriarcado – grupo social no qual se prepondera a soberania do homem tanto no âmbito familiar ou institucional – encoraja os inúmeros casos de repressão e violência contra elas. O que acaba por ser explicito por diversos doutrinadores da área e estudos realizados ao analisar essa questão cultural. (MENDES, 2017, p.64).

A notoriedade deste artigo em um ponto de vista pessoal se encontra nos possíveis desdobramentos que uma nova legislação atribui a sociedade como um todo e para qual todos contribuem. Além de esclarecer pontos históricos e sociais para os quais é necessário que haja mudanças de maneira a acabar com a discriminação de gênero que ainda encontra-se arraigada a ela.

Este artigo detém sua importância para ciência uma vez propõe verificar se há eficácia no combate à violência contra as mulheres no Brasil, por meio da qualificadora, principalmente ao se utilizar de um de seus ramos, o Direito Penal, como forma de instrumento para atingir tal fim. Além de contribuir para a elucidação dos problemas dogmáticos que envolvem a questão e como a jurisprudência das possíveis dúvidas em relação à qualificadora.

É essencial ressaltar que a presente pesquisa não tem por objeto questionar os cernes políticos ou morais que levaram a adoção da qualificadora, e sim fazer uma reflexão acerca de sua eficácia perante aquilo que se propôs, além de seus reflexos. Avaliando assim, se a medida é realmente o suficiente e até mesmo a mais indicada para reduzir o número de assassinatos cometidos contra a mulher por razões de condição do sexo feminino de forma a trazer mudanças à sociedade.

Sendo assim, o presente artigo nada mais é que uma análise de artigos e livros em busca de uma melhor elucidação sobre o tema, para que se possa verificar se a lei é realmente eficaz e uma medida, por sua vez, válida para o combate a discriminação do gênero. Para tanto utilizou-se cerca de 6 (seis) meses de pesquisas e leituras de forma a abordar seus aspectos tornando o artigo o mais real e claro possível por meio de uma pesquisa qualitativa.

Para tanto, o presente trabalho irá utilizar como base para a sua elaboração uma ampla pesquisa bibliográfica, utilizando-se tanto de livros quanto de jurisprudências atualizadas acerca do tema e dos posicionamentos sobre ele, de forma a reunir um amplo acervo para que se alcance o objetivo desejado para esse artigo. Para isso se utilizará por meio dos institutos que envolvem não apenas o feminicídio, como também àqueles referentes à violência contra a mulher, o histórico patriarcal da sociedade, e a função social punitiva do Estado; de forma a explorá-los de forma minuciosa garantindo assim uma base teórica sólida que afastará a análise por meio de juízo de valores pessoal e permitirá uma análise fundamentada no ponto de vista jurídico, realizando-se uma avaliação quantitativa dos dados coletados. Sendo realizado conjuntamente a base bibliográfica uma pesquisa qualitativa visando buscar o meio mais adequado para chegar ao cerne do que se busca. (GONÇALVES, 2015, p.33)

## **1. Feminicídio: a eficácia da lei nº 13.104/2015 no combate à violência do gênero**

### 1.1. Histórico Patriarcal

O tema relacionado à violência contra mulher tem estado em destaque principalmente nos últimos anos. Contudo, sua origem advém de muito antes, não apenas no Brasil, como no mundo todo, onde o patriarcado – grupo social no qual se prepondera à soberania do homem tanto no âmbito familiar ou institucional – encoraja os inúmeros casos de repressão e violência contra elas.

O marco do histórico patriarcal, ou seja, quando se começa a repressão e essa subjugação da mulher é na Inquisição, durante a Era Medieval, quando se tem uma aplicação do poder punitivo pela primeira vez integrando diversas matérias e na qual a obra *Martelo das Feiticeiras* estabelece, pela primeira vez, de forma direta, uma ligação entre a feitiçaria – crime na época – e as mulheres, constando nele afirmações sobre o gênero de perversidade, malícia, fraqueza física e mental e a pouca fé que as mulheres possuíam, tal obra passa a ser uma das primeiras formas de discriminação ao gênero feminino cuja própria denominação já demonstra a fragilidade delas (*Fe + Minus* = Feminino, “menos fé”). (MELLO, 2018, p.15).

No entanto, ao invés de se buscar inserir essa classe na sociedade de forma igual, as evoluções legislativas mostraram-se facilitadoras do genocídio feminino, justificado pelo perigo que as bruxas trariam à sociedade e para as quais tudo era permitido, ainda que isso significasse obtenções de confissões por meio de torturas. Dessa forma, é possível observar que a Inquisição é apenas a primeira das faces no processo de perseguição, porém está longe de ser a única ação repressiva às mulheres, visto que essas já se viam há muito mais tempo em situações de submissão e reclusões. Seus papéis eram apenas de exercer as virtudes de mulher valente como, e apenas, esposa, mãe e dona de casa, não podendo participar de formas religiosas e devendo aceitar os preceitos negativos atribuídos a elas. Em seguida à Inquisição, ocorre o surgimento do *labeling approach*, no qual se passa a enxergar o crime não como uma realidade ontológica já existente e independente da intersubjetividade humana, mas sim como o resultado da construção de um discurso da sociedade que estabelece determinados comportamentos como desviantes. E sendo tal sistema induzido pelas grandes massas em suas classificações, as mulheres acabam por continuar em clara desvantagem. (MENDES, 2017, p.23).

O sistema de justiça criminal é completamente ineficaz para protegê-las contra a violência, uma vez que não visa prevenir e nem se preocupa verdadeiramente com os interesses das vítimas, aplicando punições que não produzem os resultados esperados (intimidatória e reabilitadora). O que se faz com as leis até então é apenas um reforço da cultura patriarcal, na qual além de criminalizar a mulher em situações em que ela deveria ser vítima, ainda imputa a ela qualificação incorreta enquanto vítima. (ANDRADE, 2007, p.60).

Sendo assim, é possível observar claramente uma construção dessa visão antigênero, na qual o poder punitivo vinha se manifestando não somente no Brasil, como em diversos outros lugares do mundo, tal qual a Europa, por meio de um sistema de custódia intenso que não apenas reprimia, mas que vigiava e encarcerava as mulheres, seja em casa, no convento ou propriamente nas penitenciárias, infligindo a elas diferentes punições. Para essa reflexão, o sexo feminino era considerado como inferior em todos os aspectos, sejam psicológicos ou anatômicos, nunca conseguindo fazer tudo e ao fazê-lo nunca ser tão bom quanto os homens. Tais afirmações são as raízes do paradigma etiológico, que mais tarde viriam a ser utilizadas nas mais diversas políticas, alastrando o patriarcalismo durante os séculos. (MENDES, 2017, p.119).

## **1.2. Legitimação da violência contra a mulher na Lei Penal**

Tendo sido o Brasil uma colônia de Portugal por 290 anos, é importante que se saiba notar que o primeiro Código adotado, o Filipino, garantia ao marido o pleno direito de assassinar a sua mulher caso a pegasse cometendo adultério, sendo permitido até mesmo o fazer baseado em uma mera suspeita de traição por parte de sua cônjuge. Dessa forma, há nitidamente um vínculo entre a cultura patriarcal com a violência contra a mulher, visto que por muitos anos havia um claro domínio masculino (marido, pais, etc.) sobre as mulheres que deveriam, pura e simplesmente, exercer seus papéis de mãe e estarem submetidas a esses valores, ou então acabavam por sofrer os mais diversos castigos cruéis e desumanos. (MELO, 2018, p.87).

Tais violências, altamente sub-humanas, eram claramente institucionalizadas e vistas como necessárias para garantir a sociedade funcionando de forma correta e a família estruturada como era certo, ainda que aos homens tais normas não fossem aplicadas, visto que existia uma moral permissiva a eles enquanto as mulheres eram cercadas por repreensões. Tal situação só veio a sofrer alterações com a independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, e a adoção do Código Criminal do Império do Brasil que não mais permitia que o marido matasse sua esposa em defesa de sua honra, ainda que apresentasse atenuante para o cônjuge que o fizesse quando houvesse a ocorrência de adultério. (BLAY, 2003, p.49; p.96).

Essencial também saber que expõe, durante o Brasil Imperial, o adultério por parte da esposa passa a sofrer sanções pelo Código Penal de 1830. Repreendida com prisões de um a três anos e trabalhos forçados, a legislação visava combater a afronta aos direitos do marido e seu consequente insulto derivado da atitude. (ENGEL, 2005, p.3).

A mulher foi degradada, convertida em servidora, em escrava do prazer do homem e em mero instrumento de reprodução. Esse rebaixamento da condição da mulher, [...] tem sido gradualmente retocado, dissimulado e, em alguns lugares, até revestido de formas mais suaves, mas de modo algum eliminado. (ENGELS, 1997, p.60).

O problema não é apenas no que se refere ao controle formal, mas sim ao conjunto de poderes religiosos e políticos que se interligam para legitimar a subordinação das mulheres e impedir que haja uma preocupação eficaz, visto que o poder penal está mais voltado para este lado, ocultando as mulheres no lado informal e tornando-as indignas de uma proteção. (MENDES, 2017, p.171).

Cabe salientar, entretanto, que o Código Penal de 1940 retirou a licitude de tais atitudes. No entanto, ainda que tenha tido uma efetiva mudança, o protecionismo permanece visto que, ainda que tenha passado a impor sanções, deixaram brechas de forma a mantê-las de forma branda, não condizendo com a gravidade dos atos cometidos. O homicídio privilegiado, que será abordado adiante, mostra-se então uma alternativa aos culpados que se utilizam dos argumentos da “violenta emoção” para sua defesa, sendo acatado por diversas vezes pelo poder judiciário. (MELLO, 2018, p.90; p.129).

### **1.3. Casos da América Latina**

Um dos casos mais emblemáticos envolvendo a violência contra a mulher é o da Ciudad Juárez devido tanto a sua duração quanto por suas características. Estudos relatam que a partir do final do século XX, mulheres e meninas da cidade acabam por desaparecer ou sofrer cruéis violências (mutilações, violações e até mesmo assassinatos) ao tentarem cruzar a fronteira entre o México e os Estados Unidos. Podendo ter diversas motivações, conforme pode se observar em outros países, aqui o que se vê são questões políticas nas quais diversas organizações buscam espaço no mercado ilegal utilizando as mulheres para reprimendas. Rita Segato (2006) explica que esses feminicídios se enquadram como um fortalecimento de seu domínio sobre os outros. (Segato, 2006, p. 3).

Com números altos de violências, seria de se esperar que o México buscasse solucionar tais ocorrências. Contudo, e conforme se depreende de organizações civis, o nível de assassinatos só continuou a aumentar desde o seu surgimento em 1993, tendo seu ápice em 2009 com quase 100 mortes devido a negligência do estado em combater. A mídia, por sua vez, estimulava cada vez mais uma ideia de que esses casos se tratavam de crimes passionais, totalmente naturais e aceitáveis, ainda que demonstrassem em si o caráter misógino. Diante do descaso do estado mexicano com a situação, restou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) pronunciar-se sobre o caso para a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH). Violando as convenções de Belém do Pará e a Americana sobre Direitos Humanos e a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, o estado do México sofreu represália da Corte IDH que o condenou pela primeira vez por feminicídio – sendo o primeiro Estado a sofrer uma sanção do tipo. Tal acontecimento acabou por criar um precedente para a América Latina, forçando a criação de medidas como a Ley General de Acceso De Las Mujeres A Una Vida Libre De Violencia – que além de reconhecer a desigualdade de gênero como uma causa para violência contra as mulheres, passa a tomar iniciativas para combater tais casos. (MELLO, 2018, p.49).

### **1.4. Casos no Brasil**

O Brasil também não se encontra isento, pelo contrário, seus índices demonstram que arraigado a uma cultura machista, as mulheres diariamente são vítimas de atos de violência. Dentre os inúmeros casos ocorridos, tem-se como destaque o da Maria da Penha (importante marco na história do Brasil), o de Eloá Pimental e o de Eliza Samúdio – todos de grande repercussão e que ao contrário de receberem as justificativas que deveriam tinham sua classificação por juristas como crimes passionais decorrentes de amor. Vale ressaltar que tais fatos nada tiveram a ver com sentimentos, mas sim com a perda do poder e posse sobre as vítimas que não mais quiseram manter um relacionamento com os agressores. Aqui o que se via era um clássico caso da bravata: “se não for minha, não será de mais ninguém”, resquício de épocas e de uma sociedade que insiste em proteger o homem, justificando suas condutas violentas. (MELERO, 2017, p.20).

O que interessa não é uma questão jurídica, mas sim um sistema brio que leva elementos de conduta para classificar e tutelar as mulheres diante da forma como se enquadram na sociedade. Porém, tais pensamentos não passam de um reflexo de uma sociedade misógina que acredita que os homens detêm direitos sobre as mulheres que se encontram fora do esperado. Caso como as de Ângela Diniz, Gabriela Belota, Márcia Calixto, além das três mulheres citadas acima são apenas alguns casos das milhares de “Eloás” e “Elizas” que existem em todo o país

e que se veem roubadas de seu direito à vida simplesmente por terem uma grave falha de conduta: a de não se submeterem às imposições da sociedade e pensarem por si. (MELLO, 2018, p.142).

### **1.5. Feminismo e a consequente evolução legislativa**

Nas palavras de Jane Mansbridge, o feminismo pode ser definido como uma espécie de compromisso que visa por fim à uma dominação masculina, tendo por essência a redefinição do que é ser mulher através de um embate histórico, quer seja individual ou coletivo, formal ou informal, onde se tem o gênero feminino em oposição direta ao patriarcalismo. Já para Chimamanda Ngozi Adichie, o feminismo vai além de homens e mulheres, é entender que há um problema de gênero que necessita ser resolvido. (apud CASTELLS, 2001, p.210) (ADICHIE, 2014, p.5).

Buscando pôr em prática os seus objetivos, essa bandeira então se mostra uma importante arma na luta contra a repressão, além de ser essencial para por em foco aquilo que até então era negligenciado. Por intermédio de numerosas ações, reivindicações e lutas, essas mulheres se mostraram peões importantes em suscitar as questões que deram início para que todas as demais ocorressem. Dessa forma, o feminismo passa a deixar de ser uma questão isolada defendida por alguns, para ser exposto como uma questão de cidadania e até mesmo de preservação daquilo defendido pelo princípio da Dignidade Humana, necessitando de modificações não apenas sociais, mas legislativas. Sendo assim, as mulheres, ao se exporem e fazerem o mesmo com as situações que antes eram vistas como um problema a ser resolvido em casa e sem interferência dos de fora, fazem com que a problemática passe a ter os seus limites ampliados. (MOTA, 2014. p.125).

### **1.6. Convenções Internacionais e Nacionais**

A violência contra a mulher é uma situação que está sujeita a mutações diariamente, seja em decorrência da época em que se encontra, seja motivada por legislações. Contudo, para que se pudesse chegar onde se está atualmente e diante do cenário de violência elevado, foi necessário que outras medidas acabassem por serem tomadas, razão pela qual passam a surgir diversas convenções internacionais e nacionais. No âmbito internacional tem-se como principal instrumento o Direito Internacional dos Direitos Humanos. Todavia, esse está longe de ser a única ferramenta utilizada pelas feministas e pelas mulheres na busca pela ampla vigência de seus direitos em todo os países. Há uma vasta produção evolutiva que abrange desde os instrumentos adotados e interpretados como mera analogia formal entre homens e mulheres, até os que discernem a desigualdade atribuídas às mulheres, gerando uma real necessidade de reexame na maneira como são vistos e aplicados os seus direitos. (VÁSQUEZ, 2009, p.2).

Reconhecendo a violência como uma espécie de violação aos direitos, a Organização das Nações Unidas (ONU) abriu portas para vários estados se obrigassem a tomar diversas medidas que visavam alcançar a igualdade entre homens e mulheres nas diversas áreas de atuação. O que se tem como foco são os direitos das mulheres, visto que essa segregação é tida como uma das causas da violência contra elas na sociedade. A preocupação com o reforço das medidas necessárias para punição e repressão das condutas de violência contra as mulheres nas questões relacionadas ao gênero foi o primórdio das diversas legislações que vieram a seguir depois. A Convenção da Mulher e a Convenção de Belém do Pará, algo voluntariamente assumido pelo Brasil, apresentavam como preâmbulo a afirmativa de que a violência contra a mulher constituía uma violência tanto aos



direitos humanos quanto às suas liberdades básicas, limitando o reconhecimento, gozo e exercício de tais direitos pelas mulheres. Dessa forma, os estados passaram a deter a obrigação de criar medidas para não apenas prevenir, mas para investigar e punir da devida forma o feminicídio, independente da maneira que se apresente na sociedade. (MELLO, 2018, p.39).

No Brasil, a presença de proteção na Constituição Federal, nos artigos 5º e 226, além da adoção da Lei Maria da Penha, foram importantes para que se pudesse chegar a adoção de uma qualificadora que realmente mostrasse uma preocupação com a mais grave das violências contra a mulher. (MELLO, 2018, p.93).

### **1.7. Lei Maria da Penha**

Sendo um importante marco para que se começasse a mudar a visão patriarcal da sociedade acerca das mulheres, a Lei nº 11.340/2006, mais conhecida por Lei Maria da Penha, sofreu muita resistência para a sua inserção. No entanto, ao contrário do que se imagina, essa lei só teve sua aprovação por influência internacional. (LIMA, 2017, p.1).

Essa demanda, cujo alicerce foi o caso de Maria da Penha Fernandes, ocorrido em 1983, somente veio a obter um amparo e uma medida eficaz 18 anos após o ocorrido, ao ter o caso apresentado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Nesse contexto, o Estado brasileiro foi condenado por ela diante de sua negligência e omissão em relação à violência doméstica sofrida por Maria (e por outras mulheres), uma vez que considera uma violação não apenas da obrigação de processar e punir, mas também o de prevenir tais práticas aviltantes. Buscando modificar a questão da impunidade que perpetua os fatores de violência contra as mulheres, essa lei passou a cumprir o seu papel levando o gênero masculino a temê-la. Contudo, esse não foi o único reforço ao combate da violência. (VICENTIM, 2010, p.2).

O constante aumento dos movimentos feministas, aliado às implementações de delegacias especializadas ao atendimento da mulher, em 1985, veio ganhando reforço posteriormente com o princípio constitucional da família (art. 226, § 8º, CF/1988) foram extremamente importantes na questão da coibição da violência no âmbito das relações, possibilitando a criação dos mecanismos que hoje visam proteger a mulher. Essa medida acabou, portanto, por cumprir o seu dever no que se tratou de dar visibilidade e trazer a violência contra a mulher para o enfoque, não somente do Brasil, como do mundo, ainda que estivesse longe de garantir uma sensação de segurança à sociedade brasileira. Algo que fica nítido na pesquisa da data popular, que apresentou o resultado preocupante de que sete a cada 10 brasileiras acabam por se sentirem mais inseguras dentro de suas próprias casas do que em qualquer lugar público, é que, apesar do destaque da lei, metade da população ainda acaba por considerar as medidas dadas pela Justiça ineficazes na diminuição da violência contra a mulher. (MENDES, 2017, p.191-192).

Entretanto, é necessário ressaltar que ainda esteja longe de ser uma medida que cria tipos penais, a Lei Maria da Penha apresenta em seu corpo normas que especializam e ao mesmo tempo retiram institutos despenalizadores de forma a trazer com essas medidas uma maior segurança ao gênero feminino, sejam elas mulheres, travestis ou transexuais. Além de ampliar o rol do conceito de violência, que ao contrário de seguir apenas o que Direito Penal estabelece – física, moral ou imprópria – utiliza-se também do sentido sociológico, o qual conta com projetos e medidas como, por exemplo, o Projeto Violeta que visa orientar as vítimas de

violência doméstica de seus direitos e da forma como podem obter por meio da Justiça medidas de Proteção de Urgência. (XAVIER, 2017, p.67-68).

Tais pedidos serão analisados pelo Juiz de forma a encontrar a mais adequada, além de assegurar a elas a proteção e segurança necessárias para que não sofram represálias dos cônjuges ou companheiros por tal atitude, incentivando-as assim a denunciarem as agressões e contribuírem para o fim da tolerância por parte da sociedade da violência contra a mulher. (GREGORI, 1993, p.27-28).

Vale ressaltar que entre o rol de sanções aplicáveis, encontram-se, além das medidas cautelares, a aplicação da prisão cautelar quando essas não conseguirem atingir o objetivo de cessação das agressões, angariando diversos projetos de lei que estão a tramitar no Congresso Nacional e que contribuíram para se chegar ao projeto e lei do feminicídio.

### **1.8. Projeto de Lei nº 292/2013**

Advindo de uma cultura que chegou quase intacta ao século XXI e que insistia em condenar a mulher em detrimento do homem, encontra-se diariamente dificuldades em se coibir a violência contra as mulheres, principalmente quando buscando-se avaliar tal situação, acaba-se por se deparar com uma ausência de dados estatísticos confiáveis para que se estabeleça uma comparação realística. Apurando denúncias de descaso na efetiva aplicação de leis protecionistas às mulheres, e por meio de inquisições àqueles que detinham a capacidade de informação – especialistas e autoridades –, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher se deparou com números elevados no que se referia aos assassinatos por questões de gênero. E o mais grave: a impunidade como regra para os agressores. Entretanto, apenas saber não era o suficiente; era necessário que fossem criadas medidas repreensivas de tais condutas o que culminou no encamainhamento do projeto de lei que visava a tipificação do feminicídio no Código Penal.(MACHADO, 2015, p.2).

Protocolado no Senado Federal como Projeto de Lei nº 292/2013, tal projeto tinha por sugestão uma redação que acabasse por modificar a situação de violência que se encontrava no Brasil, onde, de acordo com o relatório, existia uma taxa de 4,6 assassinatos por cem mil mulheres, o que levava o país a se enquadrar dentro dos países mais violentos. (SENADO FEDERAL, 2013, p. 3).

No entanto, tal projeto passou por modificações antes de ser encaminhado para discussão, o plenário adicionou o § 2º-A que visava esclarecer os elementos que identificavam o que seriam as “razões de gênero”, essencial para a qualificadora, além de inserir em seu § 7º, de forma inovadora, causas especiais para aumento de pena do feminicídio. A nova redação proposta pela Procuradoria da Mulher do Senado Federal manteve então o feminicídio como a morte da mulher por razões de gênero, porém, somente ocorrer em duas situações, sendo a primeira delas quando envolvesse a violência doméstica e familiar, e a segunda quando fosse em decorrência de menosprezo ou discriminação à condição do gênero. Já suas causas de aumento de 1/3 à metade da pena incidiriam quando o crime fosse praticado durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto; e/ou se fosse praticado contra pessoa menor de 14 e maior de 60 anos; e/ou se ocorresse na presença de descendente ou ascendente da vítima. (CAMPOS, 2015, p. 108)

Com as devidas modificações, o projeto então seguiu para a Câmara dos Deputados, onde passou a tramitar como PL nº 8.305/2014, sofrendo as alterações finais em sua redação para que efetivamente aprovado e sancionado pela Presidente da República originasse a Lei nº 13.104/2015. É importante registrar que

tal legislação não apenas modificou o artigo do Código Penal, mas também se encontrou inserido no artigo 1º da Lei nº 8.072/1990 (Lei dos Crimes Hediondos), demonstrando pela primeira vez uma preocupação real acerca da violência contra a mulher.

## **2. Feminicídio**

### **2.3. Lei nº 13.104/2015**

A Lei nº 13.104/2015 surge então com o propósito de inserir ao campo jurídico uma qualificação acerca da conduta mais gravosa realizada contra as mulheres – o homicídio. Isto posto, e sendo mais do que apenas a “morte de uma mulher”, o feminicídio é um reconhecimento legal que vê nessa situação mais do que apenas a conduta de “matar alguém”, mas sim uma violação aos direitos humanos das mulheres decorrentes de um pensamento histórico-cultural permissivo e repressivo contra elas. (MELO, 2018, p.33).

Tal medida foi uma novidade efetiva para que a sociedade comece a modificar sua forma de pensar acerca da maneira como as mulheres são vistas, repudiando a violência contra a mulher que está longe de ser algo novo ou recente. Assim, o artigo 121, § 2º, do Código Penal, passa por uma modificação com a inserção da nova qualificadora em seu inciso VI, no qual passa então a incidir a qualificadora feminicídio, que conforme comprovam estudos, constitui-se no homicídio da mulher quando envolver violência doméstica e familiar, e/ou menosprezo ou discriminação à condição de sexo feminino. ( WAISELIZ, 2015, p.2).

Sendo assim, o homicídio, parte primordial para o enquadramento no feminicídio, tem como definição ampla, sendo suas peculiaridades abordadas adiante, o homicídio qualificado praticado contra a mulher pelas razões da condição do sexo feminino. Contudo, como anteriormente mencionado e defendido por inúmeros doutrinadores, essa nova qualificadora vai muito além do resultado fático do crime. Visando inserir uma proteção legal as vítimas que por muito tempo se viram desprotegidas, a Lei nº 13.104/2015 tenciona acabar com uma visão fundada na crença de uma soberania masculina e com os elevados números de mortes das mulheres por questões de gênero. (MOTA, 2014, p.123).

#### **2.3.1. Conceito de Feminicídio**

Ainda que não se encontre na doutrina um conceito equalizado para feminicídio, seu significado se mostra invariável. Tal definição pode ter tida como um extremo *continuum* de terror antifeminino ou, conforme Pasinato (2011) estabelece, é o ponto final de um *continuum* de terror aos quais as mulheres se encontravam submetidas ao longo de suas vidas, não havendo outra razão – como raça, etnia ou geração – para o cometimento de tal crime além do simples fatos de serem mulheres (CAPUTI, 1992, p.15).

Contudo, é notório que ainda há um grande desconhecimento por parte da sociedade acerca de sua definição. Dessa forma, é extremamente importante que se saiba que não se enquadra em feminicídio todos os homicídios cuja vítima seja mulher, mas sim aquelas onde se encontre presente a violência doméstica cujo conceito se encontra presente dentro da legislação Maria da Penha. Tendo por definição, portanto, a violência física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral quando praticado em uma situação relação íntima de afeto, familiar ou unidade doméstica, resultando em lesão, morte ou outros tipos de sofrimento; e que decorra do menosprezo pela condição de ser mulher, ou seja, entendendo-se que ela

encontra-se em uma posição inferior por conta dessa condição – sendo importante observar que atualmente o conceito jurídico de mulher encontra-se em constante debate quanto à sua definição, podendo ser considerado por meio de três critérios: psicológico, biológico ou jurídico. (CARAMIGO, 2015, p.15-16).

## **2.4. Espécies de Feminicídio**

Antes de se adentrar as espécies propriamente ditas, é essencial que se conheça quais são as suas definições para a doutrina, que atualmente encontra-se dividida entre aqueles que pensam em feminicídio de uma forma mais abrangente: mortes das mulheres em decorrência de uma falha ou omissão não necessariamente advindo de um ato ilícito (delito) – intenção de matar; ou de uma forma mais restritiva: aqueles para os quais a morte se encontra revestida de dolo, cuja motivação se baseia numa questão misógina. (MELO, 2018, p.146).

No entanto, a maior dificuldade vista por diversos doutrinadores em sua segregação encontra-se na falta de dados oficiais que realmente formem uma base de conhecimento formada pelo número de mortes decorrentes desse tipo de violência e seus contextos. Separando esse tipo de delito dos crimes passionais em que se têm uma causa minorante de pena dos crimes comuns, nos quais não se considera uma questão histórica, o feminicídio ainda que não tenha uma formulação exata, apresenta algumas características e tipos. Dessa forma, essa ocorrência de violência pode ser de três tipos: íntimo, não íntimo, e por conexão. (PASINATO, 2011, p.235).

### **2.4.1. Feminicídio íntimo**

Tem-se por feminicídio íntimo aquele cometido por companheiro/homem com quem a vítima apresenta ou já teve uma relação íntima, familiar ou de convivência. Ou seja, aqueles que acabam por serem realizados por maridos, companheiros ou parceiros sexuais, quer estejam em um relacionamento no momento da ocorrência, quer sejam relacionamentos passados, ou ainda por qualquer pessoa cuja vítima detinha uma relação familiar, ou de reles convivência. Motivados por questões passionais, razão pela qual anteriormente era confundido e inserido nessa espécie de crime, o ciúme, a posse e a não aceitação acabam por serem os grandes motivadores desses casos. Tal espécie, portanto, e conforme apontam estudos, é atualmente o mais comum dentre todos. (XAVIER, 2017, p.62-63).

Já no que se trata das ocorrências de relações familiares, essas por sua vez estão geralmente ligadas aos princípios e a honra que a família tem como correto. Ao fugirem do padrão esperado, com condutas que transgridem o “certo”, mulheres e meninas acabam sendo mortas, ainda que se tratem apenas de presunções de comportamentos. Acreditando estarem protegendo a reputação ilibada da família, essas violências acabam por ocorrer dentro das casas e por aqueles que as deveriam proteger. Religião, acobertamentos, ciúmes, sentimentos de posse, honra, são apenas algumas das motivações que circundam a ocorrência desses crimes e que têm por denominação o feminicídio íntimo. Contudo, vale lembrar que essa qualificadora é bem mais do que apenas o matar, mas sim o matar em uma situação envolvendo uma situação de violência familiar/doméstica e/ou em decorrência de menosprezo a sua condição do sexo feminino – que será abordado posteriormente. (MENDES, 2017, p. 216).

Enxergando muitas vezes como parte de uma tradição cultural, ainda não é possível que se tenha um número exato de quantos assassinatos motivados por

esses sentimentos e princípios vem ocorrendo, porém é possível que se saiba que ainda que nem todos sejam reportados, há um número elevado de casos que ocorrem diariamente – motivo pelo qual foi importante e necessário que medidas fossem tomadas para retirar esse estigma favorável para suas ocorrências. (MOTA, 2014, p.22).

#### **2.4.2. Femicídio não-íntimo**

Tem-se por feminicídio não-intimo aquele cometido por quem a vítima apesar de nutrir uma relação de confiança, hierarquia e até mesmo amizade, não possuía relações íntimas, familiares ou de convivência. Inserem-se nesses casos que acabam por serem cometidos por empregadores ou colegas de trabalho, por amigos e até mesmo por desconhecidos. Tais crimes podem ainda ser classificados em dois subgrupos: feminicídios sexuais – quando houve a ocorrência de prática de violência sexual; ou feminicídios não-íntimos, quando essa prática não ocorre. (MELO, 2018, p.27-28).

Essa prática é muito comum de ocorrer também em profissões que são subjugadas ou mal-vistas perante a sociedade. Casos como mortes de prostitutas podem se encaixar na categoria, visto que ainda que não decorram de uma situação de relação doméstica, se encaixam nessa hierarquia tida na profissão. Tendo por muitos anos sendo excluídas ou vistas como não merecedoras e dignas de confiança de estarem em diversos cargos, esses crimes acabam por mostrarem resquícios dessa não aceitação da inserção das mulheres nas diversas esferas sociais. (MENDES, 2017, p.63-64).

#### **2.4.3. Femicídio por conexão**

Por último, tem-se o feminicídio por conexão, aquele que ocorre quando a vítima encontra-se em situação de risco e morte por estar próxima quando o agressor tentava realizar tal ato contra outra mulher. Ou seja, são aqueles cometidos não visando a sua morte, mas que acabam por ocorrer ao tentar impedir o crime contra outra mulher. Aqui independe a espécie de relacionamento entre agressor e vítima, visto que em muitos casos podem ser até mesmo cometido por um desconhecido. Contudo, tal crime reforça a mesma linha essencial dessa violência: a intenção de matar uma mulher em menosprezo a sua condição de ser mulher. (MELO, 2018, p.27-28).

Independente de sua espécie, a motivação é sempre a mesma, quer seja decorrente de uma relação familiar ou doméstica, quer seja sem sequer nutrir qualquer espécie de vínculo, quer seja até mesmo por se encontrar na “linha de fogo”. Contudo, tais espécies se mostram importantes para retirarem estigmas de que protegem essas intenções violentas, afastando a tendência de culpar a vítima em detrimento do agressor, ocultando assim o verdadeiro caráter e dimensão dessa problemática. (GOTINSKI, 2018, p.18-19).

#### **2.5. Características do Femicídio**

Conforme explicitam os doutrinadores, essa qualificadora do homicídio tem por objetivo caracterizar o assassinato de mulheres em razão de seu sexo, abrangendo bem mais do que a rele violência contra a mulher, mas sim uma aura de insegurança e pânico criado por meio de perseguição seguida de morte a partir das mais diversas agressões físicas, psicológicas e patrimoniais das quais pôde-se ter como exemplo os abusos físicos e verbais, estupros, formas de torturas e escravidão sexual e mutilações, dentre outras. (TEIXEIRA, 2016, p.55-56).

Isto posto, essa agressão contra as mulheres pode ser espitulada como universal e estrutural, além de se fundamentar como um arremate entre as diferenças de poder entre as classes, sendo circunstância essencial para a manutenção dessa situação. Sendo essencial que se observe que não se trata de um acontecimento esporádico na vida de determinadas mulheres, mas sim um resultado de uma reiterada série de atos violentos justificado historicamente pelo domínio patriarcal. (PASSINATO, 2011, p. 225-226).

### **2.5.1. Crime hediondo**

Tem se por crime hediondo, conforme explicita Rafael Ricardo Xavier (2017, p.25), quando as condutas utilizadas apresentam maior reprovabilidade aumentando a sanção a ser aplicada – um estudo que virá a ser de grande importância para a análise da nova inserção penal: o Feminicídio. (XAVIER, 2017, p.73-74).

Tais condutas são aquelas cujos motivos denotem crueldade, perigo comum, que dificulte ou torne impossível a defesa da vítima ou praticadas como uma forma de atingir um determinado fim reprovável podendo ainda ser dívidas em: motivos (paga, promessa, motivo torpe ou fútil), meios (mediante emprego de veneno, fogo, explosivos), modo (mediante traição, emboscada, dissimulação) e as de fins (visando assegurar a execução, impunidade). Sendo aquele de paga quando o sujeito já recebe de forma antecipada pelo crime; o de promessa quando o recebimento está ligado à execução do homicídio e em ambas obrigatoriamente havendo um concurso de pessoas ainda que não se comuniquem as circunstâncias pessoais; o do motivo torpe quando vai contra o sentimento ético e social das pessoas; enquadrando-se em fútil quando é motivado por algo sem relevância ou cujo motivação seja desproporcional ao ato cometido e até mesmo quando inexistir qualquer motivação para tal; e assim por diante, conforme exposto no Código Penal e explicado por seus doutrinadores. (PRADO, 2018, p.343).

Outro ponto importante, é que tem-se por crime hediondo quando determinadas circunstâncias irão influenciar na qualificação do crime de forma a aumentar ou diminuir a sanção que virá a ser aplicada, e na qual, mesmo apresentando forma livre, encontram-se mecanismos diretos, indiretos, materiais ou morais fundados no dolo, ou seja, na vontade direta ou eventual de alcançar o resultado. Dessa forma, diante de uma exarcebada reprobabilidade de conduta em que, se há o assassinato de uma mulher por razões de seu sexo, é que surgiu a necessidade da inserção nesse rol o feminicídio. Demonstrando assim que tal crime não seria mais visto de forma irrelevante, mas sim como uma conduta a ser reprimida e excluída da sociedade. (MELLO, 2018, p.14-15).

### **2.5.2. Agravantes da pena**

Consoante a todas as demais penas já aplicadas anteriormente, a Lei nº 13.104/2015 também previu em seu texto legal, § 7º, causas em que há a incidência de aumento de pena de um terço até a metade. No entanto, para que as agravantes ocorram é necessário que esses fatores sejam de conhecimento do agente antes da ocorrência do delito, ou seja, é necessário que tenha adentrado a esfera de conhecimento para que não incida em erro de tipo, não podendo ser aplicada o aumento de pena. Ou seja, não basta apenas que seja praticado nas situações elencadas acima, é necessário que se detenha o conhecimento antes da prática para a sua incidência. (MELLO, 2018, p.147-148).

### 2.5.3. Condições para configuração como “sexo feminino”

Outro fator importante acerca dessa qualificadora são as suas condições específicas para isso. Ainda que grande parte da população veja qualquer morte de mulher como espécie de feminicídio, é importante salientar que não é assim que ocorre sua incidência.

Conforme observado anteriormente, para a sua qualificação é necessário que tal violência ocorra dentro de uma situação de violência doméstica ou familiar, ou ainda que tenha sido cometido por menosprezo ou discriminação à condição de mulher. (CUNHA, 2014, p.1).

Contudo, ainda há uma grande problemática envolvendo essa questão, uma vez que tal expressão revela uma diminuição de conteúdo, identificando as mulheres com o sexo, ou seja, considerando questões biológicas e não de seu gênero e suas diversas variáveis, tais como sua identidade e sua subjetividade de gênero. Problemática essa decorrente das diversas variações ocorridas na lei que acabou por sofrer três emendas até que fosse aprovada como a que se vê atualmente presente na legislação. Modificando o termo “por razões do gênero” para “por razões de sexo feminino”, há uma barreira a doutrina e jurisprudência de aplicar o dispositivo legal considerando mais do que apenas o sexo biológico – sistema rompido pelas feministas há muito na história. Algo muito bem exposto por Judith Butler, que elenca que não há o que garanta que quem se torna mulher seja necessariamente uma fêmea, ou seja, pertencente biologicamente ao sexo feminino. (CAMPOS, 2015, p.110-111).

No entanto, e conforme se extrai do artigo 1º da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (em inglês, *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women – CEDAW*), existe o menosprezo a condição da mulher em razão de seu sexo quando o agressor pratica o crime decorrente da ausência ou em grau mínimo de apreço pela vítima, o que leva a manifestações de desprezo por meio de atos de tortura, estupro, agressões, dentre outros enquanto há discriminação quando se vê qualquer forma de exclusão ou restrições baseadas em seu sexo com objetivo de suprimir o exercício de sua liberdade e direitos, seja em qual for a esfera social. (MELLO,

Tem-se então como característica essencial a motivação de matar uma mulher pela sua condição feminina, por um pensamento de que por ser mulher seria um ser inferior, sem vontades ou que deveria continuar atada a um padrão, que, como anteriormente citado, usava como base o domínio masculino sobre elas – patriarcado. De qualquer forma, é importante que se saiba que o feminicídio é bem mais do que apenas uma forma de discriminação ou proteção da mulher em detrimento dos demais, é uma medida que visa combater uma visão há muito arraigada à sociedade que menospreza seus direitos sem nenhuma razão que realmente a justificasse. Essa qualificadora, como já visto, não é apenas a morte de uma mulher, mas sim, a morte de uma mulher que se vê em situações específicas cuja motivação é esse menosprezo a sua condição de sexo (ainda que para muitos o correto seria gênero) sendo necessário a observância de tais circunstâncias para sua correta aplicação e eficácia naquilo que se propõe a realizar. (TEIXEIRA, 2018, p. 57-58).

### 3. Eficácia da qualificadora no Brasil

### **3.1. Análises sobre a efetividade da Lei nº 13.104/2015**

Quanto a efetividade da legislação que prevê em seu corpo a inserção da qualificadora feminicídio ao seu ordenamento penal, é necessário uma análise ampla e que possibilite a explanação das razões pela qual ao mesmo tempo em que se pode dizer que é sim efetiva para alguns doutrinadores outros discordam na mesma intensidade.

#### **3.1.1. A efetividade da lei e sua eficácia**

Ainda que se apresente apenas como uma medida de punição quando ocorre o homicídio da mulher por razões de gênero, a Lei nº 13.104, de 2015, é sim uma medida eficaz ao descaracterizar uma cultura patriarcal na qual a mulher era vista como posse do homem que possuía plenos direitos de violar à sua integridade em defesa de sua honra, e dar visibilidade a um problema arraigado e que muitas vezes se encontra escondido no contexto familiar. (GOTINSKI, 2018, p.176).

Assim, ao dar destaque ao problema envolvendo a discriminação contra a mulher pelo simples fato de ela ser mulher, a Lei do Feminicídio acaba por propiciar um conhecimento maior acerca da gravidade das constantes violências sofridas por elas, de forma a fazer com que o Estado se sinta pressionado a adotar e criar políticas públicas que coibam o feminicídio e a discriminação ao sexo feminino. (MOTA, 2014, p.124).

Outro ponto que demonstra a sua eficácia é a conquista alcançada pelas mulheres que por tanto tempo se viram desamparadas e agora se encontram respaldadas de forma efetiva, visto que a inclusão da qualificadora apenas fez com que algo já existente – o homicídio qualificado por motivo torpe – tivesse a pena adequada a ele: a referente ao crime hediondo e com a devida nomenclatura. (TEIXEIRA, 2016, p. 93-94).

Sendo assim ainda que haja uma clara sensação de insegurança devido à ineficácia da aplicação das medidas tais como deveriam ser, a proteção atribuída à mulher não apenas por essa lei, mas por outras que se encontram relacionadas a ela, faz com que haja aos poucos uma mudança na mentalidade da sociedade que passa a ver à mulher não mais como apenas uma vítima indefesa, mas como um bem tutelado e protegido de forma a desencorajar tais atitudes se mostrando sim um importante passo no combate à violência contra a mulher. (MELLO, 2018, p.143).

#### **3.1.2. A impraticabilidade da lei e sua ineficácia**

Em contrapartida, há aqueles que digam que a inserção da qualificadora do feminicídio no Código Penal brasileiro não é uma forma eficaz contra à violência da mulher uma vez que além de reforçar a questão da desigualdade entre os gêneros ainda abre brecha para que violências ainda mais graves venham a ser cometidas contra elas. (ANDRADE, 2005, p.80-81).

Isto posto, há ainda aqueles que vão além reforçando a desnecessidade da lei e equiparando-a a um desastre técnico onde reforma algo de forma desnecessária, desrespeitando princípios e acrescentando características que fogem a lógica e demonstram um claro desequilíbrio nas relações protegendo as mulheres em detrimento dos direitos dos homens. (MELLO, 2018, p.137).

Outro ponto em que há a demonstração da não eficácia do combate à violência é que ao invés de apenas assegurar as mulheres uma proteção a sua integridade, ela acaba por criar uma situação de insegurança jurídica para o outro lado ao atribuir penas mais gravosas em meio a características de um crime que se mostra quase impossível de ser descaracterizado, ou seja, vai contra aquilo que se



encontra previsto na própria Constituição Federal, de 1988, em seu artigo 5º. (MENDES, 2017, p. 216-217).

E isso sem falar daqueles que afirmam que tais medidas contrariam a tendência minimalista do Direito Penal, não devendo ser atribuído a ele a responsabilidade para o combate a esse tipo de violência, uma vez que existem outras formas muito mais eficazes para que se haja mudanças reais nessa situação de forma à evitar a discriminação sem ter que colocar as mulheres em um patamar diferenciado de proteção que se mostra uma medida exacerbada. (MELLO, 2018, p. 192).

### **Considerações Finais**

Sendo uma legislação extremamente recente, visto que a inserção da qualificadora do feminicídio só veio a ocorrer em 2015, é extremamente complicado afirmar que a lei está conseguindo adimplir o seu objetivo cumprindo de forma eficaz àquilo que se propôs. Com um histórico de violência e um pensamento patriarcal, inovações legislativas tem sido cada vez mais necessárias ao ordenamento jurídico para a defesa do gênero, o que não é algo fácil de ser alcançado.

O presente artigo teve por cerne a busca pela resposta se: “A Lei nº 13.104/2015 é eficaz no combate à violência do gênero?”. Tal resposta não é fácil de ser alcançada. Contudo, o que se têm observado é que a medida, ainda que não tenha apresentado resultados nítidos de mudanças, demonstra sim o início de medidas que podem vir sim a se tornar essenciais para a questão da violência. Tal legislação adotada pelo Estado se mostra extremamente importante na mudança não apenas no plano fático como também no cultural, visto que por muitos anos o que se teve foi uma proteção ao agressor que tinha liberdades, até mesmo, dadas pelo legislador.

O presente artigo, portanto, teve por objetivo a análise da eficácia da lei naquilo para o qual foi criada: a defesa da mulher contra a violência mais grave de todas, o homicídio. Trazendo para tanto uma análise de uma cultura extremamente patriarcal e machista que acabou por ser o cerne do desenvolvimento das mais diversas violências e seus desdobramentos dentro da legislação. Tendo também por objetivo: investigar o contexto histórico da violência contra a mulher; examinar a qualificadora feminicídio e sua aplicação; discutir a eficácia da Lei como medida de proteção.

Tal temática se mostra de extrema importância a ser discutida uma vez que faz parte do cotidiano da maioria das pessoas que integram a sociedade, seja de forma direta ou indireta, e tem ganhado destaque em decisões do judiciário e até mesmo na mídia; já para a ciência, adquire grande valor devido as alterações em seu sistema interno; enquanto para a sociedade se mostra não apenas um reles estudo, mas uma explicação de forma mais simples para algo que tem desenrolares tão complexos.

Dessa forma, a eficácia da lei, se baseada em se reconhecer o ato de violência contra a mulher que resulta em morte, tem sido muito positiva devido a cada vez mais se tem conhecimento de suas aplicações da forma para a qual foram criadas. Já se baseado em uma diminuição dos crimes, não é possível dizer nem que sim e nem que não, visto que ainda que se tenha um número bastante elevado de notícias sobre a falta de dados anteriores, se mostra um grande problema para obter resultados precisos.

Por tanto, o que se pode observar é que a lei trouxe aspectos positivos mostrando a sua eficácia em diversos pontos dentro dos seus objetivos, ao mesmo

tempo a sua ineficácia – pelo menos por enquanto – no que tange a eliminação da discriminação contra a mulher. Concluo então que o decurso de tempo se faz necessário para que se possa observar de forma concreta o desenrolar na sociedade mediante alteração da legislação.

### **Referências**

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos Todos Feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 24 p.

ANDRADE, Vera Regina Pereira. **A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher**. Revista de Direito Público, n.17, jul.-ago.-set./2007. p. 52-75.

BLAY, Eva Alterman. **Violência contra a mulher e políticas públicas**. Estud.av. 2003, vol. 17, n.49, p.87-98.

BRASIL. Senado Federal. **Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar a situação da mulher vítima de violência no Brasil**. 2013. Acesso em: 10 setembro 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/relatorio-final-da-comissao-parlamentar-mista-de-inquerito-sobre-a-violencia-contra-as-mulheres>.

CAMPOS, Carmen Hein de. **Feminicídio no Brasil: uma análise crítico-feminista**. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito** da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Vol. 7, nº 1, jan/jun 2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/download/20275/13455>. Acesso em: 25 abril 2019.

CAPUTI, Jane; RUSSEL, Diana. **Femicide: sexista terrorismo against women**. In: **Femicide: the politics of woman killing**. Ed. Jill Radford and Diana E. H. Russel. Nueva York, Twayne, 1992.

CARAMIGO, Denis. **Feminicídio: breves considerações acerca do novo tipo penal estabelecido pela Lei 13.104, de 9 de março de 2015**. Bonijuris: Curitiba n.627.

CASTELLS, Manoel. **O poder da identidade**. Vol. II, Cap. 4, 2000.

CUNHA, Rogério Sanches. **Lei do feminicídio: breves comentários**. 2014. Acessado em: 15 de maio de 2019. Disponível em: <https://rogeriosanches2.jusbrasil.com.br/artigos/172946388/lei-do-feminicidio-breves-comentarios>.

ENGEL, M. G. **Paixão e morte na virada do século**. n. 328. jul. 2005. Acesso em 16 de set. 2019. Disponível em: <http://observatoriодаimprensa.com.br/marcha-do-tempo/paixao-e-morte-na-virada-do-seculo/>.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. **Metodologia Científica e Redação Acadêmica**. 7.ed. Brasília: JRG, 2015.

GOSTINSKI, Aline; BISPO, Andrea Ferreira; MARTINS, Fernanda (Org.). **Estudos Feministas por um mundo menos machista**: Volume III. 1.ed. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2018.

GRECO, Rogério, BITENCOURT, Cezar Roberto e SANCHES, Rogério. **Lei do feminício**: breves comentários. Acessado em: 15 de maio de 2019. Disponível em: <https://rogeriosanches2.jusbrasil.com.br/artigos/172946388/lei-do-feminicidio-breves-comentarios>.

LIMA, Camila Machado. O caso Maria da Penha no Direito Internacional. A pressão externa fomentando mudanças em uma nação. 2017. **Revista Jus Navigandi**, , Teresina, ano 23, n. 5369.

MACHADO, 2015. apud: OLIVEIRA, Ana Carolina. Gondim de. A; COSTA, Mônica Josy Souza; SOUZA, Eduardo Sérgio Soares. **Feminicídio e Violência de Gênero**: Aspectos Sóciojurídicos. Revista Online do CESED – Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento. Vol. 16, nº 24/25.

MELERO, Maria Beatriz Gimbo. **Feminicídio na Lei**: crime hediondo de violência fatal contra a mulher. São Paulo: Edições Kindle KDP, 2017. E-book.

MELLO, Adriana Ramos de. **Feminicídio**: uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2017. 220 p.

MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia Feminista**. São Paulo: Saraiva, 2014.

MOTA, Maria Dolores de Brito (Org.). **Mulheres, Violências e Feminicídio**: Práticas discursivas e políticas públicas. Fortaleza: NEFIG – UFC, 2014.

PASINATO, W. **“Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil**. Cadernos **Pagu**, (37), 2016. p.219-246.

SEGATO, Rita Laura. **Que és un feminicídio**: notas para un debate emergente. Universidade de Brasília, Departamento de Antropología, 2006. Acesso em: 11 de maio 2019. Disponível em: <http://cuentaconmigo.org.mx/articulos/segato.pdf>.

TEIXEIRA, Jorge Otávio Alvorcem. **Feminicídio**: Lei 13.104/2015 protege mulheres vítimas de violência doméstica. Caxias do Sul: Impressos Portão, 2016. 171 p.

VÁSQUEZ, Pastilí Toledo *et al.* **Feminicídio**. 2009. Acesso em: 05 fev. 2019. Disponível em: [http://www.sidocfeminista.org/images/books/13050/13050\\_00.pdf](http://www.sidocfeminista.org/images/books/13050/13050_00.pdf).

VICENTIM, Aline. A trajetória jurídica internacional até formação da lei brasileira caso Maria da Penha. In: **Âmbito Jurídico**, Rio de Janeiro, XIII, n. 80, set. 2010. Acesso em: 5 fev. 2014. Disponível em: [http://ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&antiago\\_id=8267](http://ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&antiago_id=8267).

WASELFIZ, Jacob. **Mapa da Violência 2015**. Acesso em: 01 fev. 2019. Disponível em:

[https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf).

XAVIER, Rafael Ricardo. **Feminicídio**: Análise jurídica e estudo em consonância com a Lei Maria da Penha. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.